



CENTRO DE ANTROPOLOGIA E ARQUEOLOGIA FORENSE



Da esquerda para a direita: Rimarcs Ferreira (Coordenador do CAAF), docentes Javier Amadeo, Maria Elizete Kunkel, Claudia Plens, Bruno Comparato, Reitora Soraya Small e Rebeca Padrão e Marina Figueiredo¹.

Diferentemente de outros países, inclusive da América Latina, o Brasil pouco tem contribuído para investigações acerca de crimes a partir da perspectiva da análise esquelética humana, de modo a poder esclarecer problemas de violência social, tanto do passado quanto do presente.

Esse problema decorre, sobretudo, do modo como a antropologia forense vem sendo aplicada no Brasil, cujas análises para identificação de indivíduos e traumas de violência são efetuadas de maneira diluída em laboratórios de diferentes origens e por profissionais de diferentes formações, fato que inviabiliza a existência de protocolos de análise unificados que possibilitem análises amplas e interdisciplinares.

Tendo em vista a superação dessas dificuldades, a Universidade Federal de São Paulo, tendo sua em seu corpo docente profissionais capacitados para a atuação interdisciplinar e cooperativa na área de investigação de antropologia forense, criou o Centro de Arqueologia e Antropologia Forense – CAAF.

Espera-se, a partir deste trabalho, enraizar o referido grupo no âmbito das atividades de pesquisa acadêmica de corte interdisciplinar e inter-campi da Universidade Federal de São Paulo.

No presente momento o Centro de Arqueologia e Antropologia Forense se encontra envolvido em dois grandes projetos. O primeiro projeto sobre o processo de identificação das ossadas da vala clandestina de Perus e o segundo, em parceria com a Universidade de Oxford, sobre violência de estado no Brasil.

O Centro de Antropologia e Arqueologia Forense (CAAF) foi formado no âmbito dos debates e trabalhos da Comissão da Verdade Marcos Lindenberg (CVML) da UNIFESP em 2014.

O CAAF tem por objetivo desenvolver atividades em arqueologia e antropologia forense, afim de criar um centro acadêmico que seja referência para estudos de investigação sobre violação de direitos humanos no Brasil. O ponto de partida do grupo foram os trabalhos de identificação de desaparecidos políticos nas ossadas encontradas em 1991, na vala clandestina no cemitério de Perus da cidade de São Paulo.

A possibilidade de contribuir em tal processo é de extrema relevância para a formação de recursos humanos e para o desenvolvimento de pesquisa acadêmica voltada para trabalhos de antropologia e arqueologia forense na UNIFESP e no Brasil.

A antropologia forense é uma área do conhecimento da antropologia que aplica métodos advindos tanto da antropologia biológica quanto de processos médico legais. O objetivo da antropologia forense é a identificação de indivíduos e sua causa mortis, tanto em caso de crimes individuais como coletivos. Para tanto, a análise prevê prover informações acerca de idade de morte, sexo, estimativa de estatura, patologias osteológicas, traumas e ancestralidade.

Nesse sentido, a antropologia forense trabalha frequentemente com métodos e técnicas propriamente desenvolvidas no campo da arqueologia, desde a pesquisa com material osteológico até a dinâmica de escavação, registro e análise laboratorial. Essa forte ligação entre a arqueologia e a antropologia forense justifica que tal debate seja desenvolvido no âmbito dessas duas disciplinas pensadas de forma integrada.

1. UNIFESP. Parceria entre Unifesp e Universidade de Oxford investigará execuções de maio de 2006. Disponível em: < <http://goo.gl/DCQWBI> >.



UNIFESP E UNIVERSIDADE DE OXFORD INVESTIGAM CRIMES DE MAIO DE 2006



O evento “Violência de Estado e Direitos Humanos no Brasil: avanços científicos, pesquisa e políticas públicas” foi realizado no dia 04 de abril na sede de São Paulo do Conselho Britânico. A iniciativa é resultado da parceria da instituição com a Secretaria Especial de Direitos Humanos sendo implementada por meio da cooperação entre o Centro de Antropologia Arqueologia e Forense (CAAF) da Unifesp e a Universidade de Oxford. Na ocasião a reitora da Unifesp - Soraya Smaili - destacou que é motivo de grande orgulho para a UNIFESP desenvolver este trabalho ao lado da Universidade de Oxford, sendo ainda um avanço significativo na área de Direitos Humanos e um grande passo para toda sociedade.

O projeto é financiado pelo Fundo Newton e tem como objetivo principal fortalecer a implantação da pesquisa em antropologia forense no Brasil. Com o objetivo de disseminar o conhecimento internacional sobre a temática, o

CAAF organizará ainda seminários internacionais e um curso de direitos humanos e um de antropologia e arqueologia forense.

O projeto intitulado “Violência do Estado no Brasil: um estudo dos Crimes de Maio de 2006 na perspectiva da Justiça de Transição e da Antropologia Forense”, será desenvolvido por meio de colaboração entre o CAAF e o Centro Latino-Americano – Escola de Estudos Interdisciplinares, da Universidade de Oxford com um financiamento no valor de £ 220.000,00 (duzentos e vinte mil Libras Esterlinas).

Para a realização da proposta serão desenvolvidas ações em três frentes distintas. A realização de um curso de Direitos Humanos e Antropologia e Arqueologia Forense, cujo objetivo é disseminar o conhecimento internacional sobre o tema; a organização de seminários internacionais, sendo um no Brasil e outro na Inglaterra, possibilitando a troca de informações e experiências entre especialistas de vários países; e a produção de uma



Estão programados dois seminários internacionais sobre Violência do Estado, parceria entre o CAAF e o Centro Latino Americano da Universidade de Oxford. < www.lac.ox.ac.uk >.

pesquisa sobre os crimes de maio de 2006, quando ocorreram 43 episódios de mortes de civis por armas de fogo na Baixada Santista que ainda não foram esclarecidos.

Apoio:



IDENTIFICAÇÃO DAS OSSADAS DE PERUS



Um grupo de trabalho do Centro de Antropologia e Arqueologia Forense (CAAF) da Unifesp está trabalhando para identificação das ossadas encontradas na vala clandestina no cemitério de Perus em 1990.

A busca e identificação de restos mortais de desaparecidos são as principais dívidas do Estado para com os familiares dessas vítimas, que ainda têm esperança de darem um enterro digno aos seus entes queridos e encerrarem o processo de luto. Em 1990, devido aos esforços incansáveis desses parentes e de outras pessoas cujo envolvimento foi fundamental, como o repórter Caco Barcelos e Luiza Erundina, prefeita à época, a vala clandestina de Perus, no Cemitério Dom Bosco, em São Paulo e, foi aberta e na ocasião foram encontradas cerca 1.050 ossadas humanas sem identificação, dentre as quais acredita-se que possam estar os restos mortais de militantes políticos desaparecidos e vítimas de repressão

ocorrida durante a ditadura civil-militar.

Ao longo de quase 26 anos, as ossadas passaram por diferentes instituições. Elas chegaram a passar por condições adversas, como umidade, enchentes, dentre outras, que podem, inclusive, ter comprometido a integridade desses restos mortais.

Em 2014, porém, um novo capítulo na história das ossadas foi iniciado. Em setembro daquele ano foi firmado um acordo de cooperação técnica, o qual instituiu a criação do Grupo de Trabalho Perus (GTP). Fazem parte do GTP a Secretaria de Direitos Humanos (SDH), a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania da Prefeitura de São Paulo (SMDHC), a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) e a Univer-

sidade Federal de São Paulo (Unifesp).

O GTP é responsável pelos trabalhos de pesquisa ante-mortem e de análise antropológica dos restos mortais exumados da vala clandestina de Perus, cujo principal objetivo é a identificação de militantes que atuaram contra a ditadura militar. As análises estão sendo realizadas no Centro de Arqueologia e Antropologia Forense (CAAF), da Unifesp, e contam com uma equipe de especialistas contratados pela SDH, profissionais internacionais com ampla experiência e peritos oficiais dos Estados, com o objetivo de criar um grupo sob uma perspectiva interdisciplinar, da qual fazem parte arqueólogos, antropólogos, geneticistas, historiadores, médico-legistas e odontologistas.

Apoio:

CRIMES DE MAIO: 10 ANOS SEM RESPOSTAS



Passados dez anos dos chamados Crimes de Maio, faltam respostas, mas sobram omissão das autoridades, indignação e dor das famílias das centenas de vítimas².

De 12 a 21 de maio de 2005, 97 civis foram feridos e 505 foram assassinados por armas de fogo no estado de São Paulo. Estes crimes aconteceram durante os conflitos entre a polícia militar e o Primeiro Comando da Capital (PCC). Supostamente, o estopim dos conflitos foi a transferência de 765 presos para um presídio de segurança máxima do interior do estado. Em resposta a transferência, o PCC coordenou uma série de rebeliões e ataques a policiais. Ocorreram 300 atentados em um período de 5 dias. A Grande São Paulo parou, as ruas se esvaziaram, as escolas cancelaram aulas e os comércios fecharam suas portas.

Após os primeiros dois dias de ataque, muitos civis passaram a ser mortos por tiros nas costas e na cabeça, executados por grupos de extermínio encapuzados. A maioria das vítimas eram ho-

mens de até 35 anos, sem antecedentes criminais e moradores da periferia. Neste mesmo período, foram mortos 59 agentes públicos e 13 foram feridos.

Um estudo realizado pelo Laboratório de Análise da Violência da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (LAV-UERJ) apresenta fortes evidências de que os grupos de extermínio eram compostos por policiais, em busca de vingança aos ataques iniciais³. Essa tese é corroborada por uma série de depoimentos de sobreviventes, testemunhas e de um policial que se entregou espontaneamente.

Apenas 31 crimes cometidos contra civis foram investigados pelo Departamento de Homicídios da Polícia Civil (DHPP). Destes, somente 4 chegaram a uma conclusão total ou parcial. Dois policiais militares foram apontados como autores de execuções e nenhum deles está preso. Esses números reiteram as

suspeitas de omissão das autoridades, na tentativa de incriminar as vítimas e apagar os rastros dos culpados.

Segundos dados divulgados nas estatísticas trimestrais da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo⁴, as polícias Civil e Militar mataram 4.892 pessoas entre os anos 2007 e 2015 – cerca de 1,5 morte por dia. Entre 2012 e 2015 houve 97 chacinas no Estado de São Paulo que resultaram em cerca de 355 vítimas. O primeiro trimestre de 2016 registrou 201 mortes de civis por policiais, sendo o maior índice para um primeiro trimestre, desde 2003.

Passados dez anos, a polícia continua a matar dia após dia, enquanto os Crimes de Maio continuam inconclusos. Um capítulo manchado de sangue na história do Estado de São Paulo, que simboliza uma nefasta herança da ditadura militar – a violência policial.

2. MAES DE MAIO. Disponível em <www.facebook.com/maes.demaio>

3. LAV-UERJ. Análise dos Impactos dos Ataques do PCC em São Paulo em maio de 2006. Disponível em <<http://goo.gl/MVrP9a>>.

4. INSTITUTO SOU DA PAZ. Estatísticas criminais do Estado de São Paulo. Disponível em: <<http://goo.gl/l8U27J>>.



EVENTOS DE MAIO

Mães de Maio - Em decorrência do aniversário de 10 anos dos Crimes de Maio, o Movimento Independente Mães de Maio convidou toda a Rede Nacional de Familiares e Amigos de Vítimas do Estado Democrático e demais parceiros nacionais e internacionais, incluindo o CAAF, para um grande encontro formativo e organizativo de lutas contra o genocídio do povo negro, indígena, pobre e periférico do Brasil. O evento

ocorreu entre os dias 11 e 13 de maio, em diversos espaços na cidade de São Paulo. O tema do encontro foi “Justiça, Reparações e Revolução”, discutido em grupos de trabalhos compartilhados, plenária. O encontro contou com diversas atrações culturais negras, populares e periféricas durante toda a programação.

IBCCRIM - No dia 9 de maio deste ano, membros do Centro participaram do se-

minário “Dez anos dos crimes de maio” realizado pelo Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM).

FESPSP - Em 17 de maio, o Centro Acadêmico Florestan Fernandes (CAFF) e o Núcleo de Direitos Humanos (NDH) da Fundação Escola de Sociologia de Política de São Paulo (FESPSP) realizaram um debate para relembrar os Crimes de Maio.

CURSO DE EXTENÇÃO

“Direitos Humanos e o legado da ditadura civil-militar: desafios da Justiça de Transição no Brasil”

O curso abordará diversos aspectos do processo inacabado de transição da ditadura para a democracia, passando pelo trabalho das comissões de Estado encarregadas de enfrentar o legado da ditadura, como a Comissão Nacional da Verdade e a luta por justiça para os criminosos da ditadura. Abordará também temas fundamentais, como a militância feminina e LGBT, as causas indígena e camponesa e dos trabalhadores.

O curso será ministrado pelo professor Rafael Schincariol e contará com diversos convidados especialistas, como o Procurador da República Marlon Weichert, a militante histórica e ex-presa política Amélia Teles, o militante da causa indígena Daniel Pierri, o especialista em Justiça de Transição, ditadura e a questão LGBT Renan Quinalha, os militantes por Memória, Verdade e Justiça Clara F. Figueiredo e Fabio Franco, e Carla Borges, coordenadora de Políticas de Direito à Memória e à Verdade da cidade de São Paulo.

Inscrições: abertas até 14/09.

Informações e Inscrições:
<http://goo.gl/5tlqpC>



CURSO DE EXTENÇÃO

Direitos Humanos e o legado da ditadura civil-militar: desafios da Justiça de Transição no Brasil

Prof. Dr. Rafael Schincariol e especialistas convidados

De 27 de setembro a 6 de dezembro de 2016
Terças-feiras, às 19h30 - das 14h às 18h

Campus São Paulo - Rua Botucatu, nº. 862 - Vila Clementino - São Paulo

Apoio:

